J. S. Mill: Utilitarismo — Ficha

12.º Ano | Filosofia | 4 páginas | 12 exercícios

Competências que desenvolve: leitura e comentário da obra — situar o livro de 1861, reconstruir o princípio e a prova, distinguir a hierarquia dos prazeres, acompanhar as objeções e a explicação da justiça pelas sanções, e aplicar o princípio a um caso (Aprendizagens Essenciais, Organizador «Trabalho sobre cada uma das obras»).

Revisão rápida

- **Contexto e propósito (1861):** três ensaios reunidos em livro — obra de exposição e defesa: responde a mal-entendidos e objeções ao princípio da utilidade, não apresenta uma teoria nova.
- **Princípio:** é certo o que maximiza a felicidade geral (prazer e ausência de dor) — a geral é a soma dos interesses individuais; não é o prazer de um, é o de todos.
- **Qualidade sobre quantidade:** há prazeres superiores e inferiores — «melhor ser Sócrates insatisfeito do que um insensato satisfeito»; a dignidade é a régua, não a quantidade de prazer.
- **A prova (cap. II):** cada um deseja a sua felicidade → a felicidade é o que se deseja → logo a felicidade geral é desejável para cada — é o terceiro passo que os críticos atacam.
- **Sanções e justiça (cap. III):** o dever e a obrigação explicam-se por sanções (leis, consciência, expectativa social); a justiça parece absoluta porque protege os interesses vitais — mas remete, no fim, à utilidade.

Exercícios

1. V/F: a) O *Utilitarismo* é um tratado de ética do dever → __ b) Mill distingue os prazeres por qualidade, não só por quantidade → __ c) O livro reúne três ensaios publicados em 1861 → __ d) Para Mill, a justiça tem valor independente da felicidade → __

2. Completa: a) o princípio: é certo o que maximiza a __ b) o critério da hierarquia dos prazeres é a __ c) a prova parte de que cada um deseja a __ d) no capítulo III, o que explica o dever são as __.

3. Liga cada ensaio ao seu conteúdo: ensaio I → ___ · ensaio II → ___ · ensaio III → ___ (opções: sanções, dever e justiça · objeções e mal-entendidos · o princípio, a prova e a hierarquia dos prazeres).

4. *«Melhor ser Sócrates insatisfeito do que um insensato satisfeito.»* a) O que a frase estabelece? __ b) A que objeção responde? __ c) Quem é o «insensato»? __

© 2026 Estudantices

5. A prova de Mill: reconstrói os três passos: (1) __ (2) __ (3) __ — e indica o passo que os críticos atacam.

6. «Doutrina digna de porcos». a) Em que consiste a objeção? __ b) Qual é a resposta de Mill? __

7. As três sanções (cap. III): a __ (pelas leis), a __ (pela consciência) e a __ (pela expectativa social) — porque é que elas fazem o dever parecer independente da felicidade?

8. Justiça e utilidade: porque é que a justiça parece exigir absolutamente (sem apelo à utilidade)? E como Mill a reconduz à utilidade no fim do livro?

© 2026 Estudantices

9. Erro de leitura: «Mill é o oposto de Kant: um quer o prazer, outro o dever — em Mill não há dever nenhum.» Corrige com o que o capítulo III do livro mostra.

10. Aplicação: num grupo, alguém decide mentir para poupar tempo a todos — aplica o raciocínio de Mill: que regra resultaria se todos mentissem sempre por conveniência? O que acontece à confiança (utilidade geral)? Decide.

11. Erro de leitura: «Mill permite tudo o que dá prazer — cada um pode perseguir o seu.» Corrige com os dois travões do princípio (geralidade e qualidade).

12. Esboço de ensaio: «O que uma sociedade deve?» — tese com a obra de Mill, o argumento da prova, uma objeção forte, a resposta e uma conclusão com aplicação ao presente.

© 2026 Estudantices

Soluções — J. S. Mill: Utilitarismo

1. a) F (é ética da felicidade — mas explica o dever e a obrigação) b) V c) V d) F (a justiça é proteção de interesses vitais por sanções — utilidade é a sua fonte).

2. a) felicidade geral b) qualidade c) sua felicidade d) sanções.

3. ensaio I → objeções e mal-entendidos · ensaio II → o princípio, a prova e a hierarquia dos prazeres · ensaio III → sanções, dever e justiça.

4. a) a hierarquia dos prazeres: a qualidade decide, não a quantidade — há prazeres dignos e prazeres de besta b) à objeção de que o princípio seria «filosofia para os porcos» (prazer = vil) c) quem só tem prazeres inferiores, sem gosto pelos superiores — a comparação exige conhecer os dois.

5. (1) cada um deseja a sua felicidade (2) a felicidade é a coisa desejada (3) logo a felicidade geral é desejável para cada um. Passo atacado: o (3) — de «desejada por cada um» a «desejável para cada um» há um salto; é por aí que os críticos dizem que a prova cai no erro.

6. a) a objeção diz que querer prazer como fim é doutrina de porcos — degrada o homem (Mill cita-a no livro) b) Mill responde com a qualidade: o homem tem prazeres que os animais não têm; quem julga a escala é quem conheceu os dois lados — sem experiência dos prazeres superiores, não se pode dizer que valem menos; e a felicidade exige as qualidades humanas.

7. a) externa (pelas leis) b) interna (pela consciência) c) social (pela expectativa dos outros) — porque a sanção faz a felicidade alheia pesar sobre mim: o dever «obriga» mesmo quando não apetece — parece mandamento autónomo, mas é a felicidade colectiva a sancionar.

8. Porque protege o que temos de mais vital (vida, propriedade, segurança) e vai sempre com sanções fortes — parece absoluta e não-negociável. Mill mostra que a sua força vem justamente daí: a utilidade exige que estes interesses sejam protegidos com firmeza; a justiça é a utilidade desses interesses — sem ela, ninguém estaria seguro.

9. (modelo) Falso: o capítulo III é dedicado a mostrar que o utilitarismo *explica* o dever — sanções, obrigação, consciência: o que parece mandamento vindo de fora é felicidade colectiva internalizada. Mill não elimina o dever — deriva-o; divergem de Kant na origem (resultado vs lei da razão), não na existência do dever.

10. (modelo) Se a regra fosse «mentir sempre que conveniente», ninguém acreditaria em palavras — acaba a cooperação e a própria economia de tempo que a regra prometia; utilidade geral a descer. Decisão pela obra: não mentir — a confiança do grupo vale mais que a poupança de cada vez; é a utilidade da regra avaliada como regra, não o momento.

11. (modelo) Os dois travões: (i) geralidade — o que conta é a felicidade de todos, não a de quem age; só o que posso querer universal não me exclui dos outros. (ii) qualidade — há prazeres inferiores que, embora prazeres, são menos valiosos; perseguir o «prazer» sem esta régua é o erro que a obra refuta desde o ensaio I.

12. (modelo) Tese: uma sociedade deve a felicidade de todos, medida pela qualidade dos prazeres. Argumento: a prova — a felicidade geral é desejável para cada um (com o passo frágil reconhecido). Objeção: o cálculo pode sacrificar a minoria. Resposta: a generalidade do princípio e as sanções protegem os interesses de cada um — ninguém fica fora da soma. Conclusão/aplicação: decisões colectivas (o que um grupo pede a cada membro) devem ser julgadas pela regra como regra — o que se aceita universalmente, não o que convém no caso.

© 2026 Estudantices